



Quinta-feira, 01 de julho de 2021 às 16:23, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3131635: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
01/2021**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Irineópolis

MUNICÍPIO

Irineópolis



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3131635>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2021

O *Município de Irineópolis*, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com amparo nas Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e 13.204, de 15 de dezembro de 2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto **A EXECUÇÃO DE PROJETO VOLTADO À CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO.**

O recebimento da documentação e das propostas/planos de trabalho se dará por protocolo junto a Secretaria de Administração de Irineópolis, a partir das **13:00 horas do dia 05 de julho de 2021, até às 17:00 horas do dia 06 de agosto de 2021.**

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças através da formalização de termo de fomento para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organizações da sociedade civil (OSCs), conforme condições estabelecidas nas Leis Federais nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e no presente Edital.

1.2. O presente edital atende à solicitação de parceria emitida por Organizações da Sociedade Civil do Município de Irineópolis e busca receber e avaliar propostas de Associações interessadas que apresentem demandas que atendam ao objeto deste edital.

1.3. O procedimento de seleção reger-se-á pelas Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e pelos eventuais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.



1.4. A proposta selecionada terá delimitação de atuação na área territorial do programa de Estratégia de Saúde da Família conhecidos como **ESF Rio Branco**, **ESF Serrinha** e **ESF São Pascoal** em que situar-se a Organização da Sociedade Civil observada a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de parceria, sendo que:

Valor: até **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)** a ser usado na manutenção do equipamento da prefeitura a ser usado pela associação

Equipamento: 1 retroescavadeira

1.5 A ordem de classificação se dará mediante os requisitos de avaliação constantes na tabela 2, item 13.5.3, devendo ser observados, também, os itens 13.5.5 e 13.6 do presente edital. Em caso de empate será adotado o procedimento descrito no item 13.7.

1.6 Objetivos específicos:

1.6.1 Conservar as estradas do perímetro de ESF, seguindo roteiro pré-estabelecido pela Administração Municipal, através da Secretaria da Infraestrutura;

1.6.2 Realizar serviços aos associados da OSC credenciada e associados das demais associações existentes no perímetro do ESF respectivo, mediante ressarcimento de custos, nas mesmas regras do Programa Porteira Adentro e seguindo a ordem de inscrição efetuada na Secretaria de Agricultura, bem como observando os limites da legislação em vigor. Os serviços seguirão a ordem de pedidos, mas deverá ser efetuado roteiro para otimizar a utilização do equipamento (retroescavadeira) e evitar deslocamentos desnecessários e onerosos.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O termo de fomento tem por objeto a seleção de entidade sem fins lucrativos para firmar parceria com a Administração Pública Municipal de Irineópolis com o objetivo de **EXECUÇÃO DE PROJETO VOLTADO À CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS**



RURAIIS DO MUNICÍPIO, NAS ÁREAS DELIMITADAS PELOS PROGRAMAS DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONHECIDOS COMO ESF RIO BRANCO, ESF SERRINHA E ESF SÃO PASCOAL.

2.2. As Finalidades e Objetivos específicos da parceria estão voltados para promover melhores condições sociais ao público atendido pelas referidas Organizações que, através de suas sedes sociais, realizam projetos de interesse público com a comunidade e demais ações conforme suas necessidades.

2.3. Não é permitida a atuação em rede.

3 – JUSTIFICATIVA

3.1. As Organizações da Sociedade Civil, também conhecidas como entidades do Terceiro Setor, atuam, basicamente, nas seguintes esferas: saúde, assistência social, educação, pesquisa, meio ambiente, desenvolvimento e defesa de direitos, cultura e recreação. Logo, ressalta-se a importância de tais instituições para toda a população em geral, eis que se dedicam exclusivamente ao bem-estar social.

3.2. O município de Irineópolis conta com aproximadamente 2.000 quilômetros de estradas rurais de terra. A conservação destas vias acaba não sendo satisfatória devido a grande extensão destas. A celebração do termo de colaboração com OSC que tenha capacidade de realizar os serviços, mediante a cessão de equipamento (retroescavadeira) e recursos para pagamento de operador e combustível, permitirão melhorar a conservação das vias dentro do perímetro do ESF.

3.3. Neste íterim, a Lei Federal nº 13.019/2014, modificada pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta as parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 1º: institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

3.4. Deste modo, salvo melhor juízo, entendemos que contribuir para melhorias estruturais nas sedes das Associações possui finalidade de interesse público e beneficiam a sociedade, promovendo maior conforto à comunidade em suas práticas e ações grupais. E o termo de fomento, assim como o termo de colaboração e o acordo de cooperação instrumentalizam acordos que consagram parcerias com atendimento



integral dos pressupostos conceituais do contrato administrativo, estendendo-se a parcerias público-privado que tenham por finalidade executar projetos, atividades e afins, de interesse público e social em prol do bem estar coletivo.

4. SOBRE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA O OBJETO.

4.1 As despesas decorrentes da execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Agricultura correspondente ao exercício financeiro de 2021 vigentes na data de Celebração do Termo de Colaboração, nos termos do art. 35, II da Lei 13.079/14:

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

**Unidade: 07 SECRETARIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE**

Proj./At. 2.014

**Dot. 109 3.3.50.00.00.00.00.00 0100 Transferências a
Instituições Privadas sem fins lucrativos.**

4.2. O valor teto previsto para a realização das parcerias é de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais). O exato valor a ser repassado será definido nos termos de fomento, observadas as propostas/planos de trabalhos aprovados pela Comissão de Seleção e Julgamento, sendo repassados para o plano de trabalho classificado o valor máximo de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais).

4.3. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitando o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

4.4. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, conforme art. 53 e § 1º e 2º da



Lei Federal nº 13.019/2014.

4.6. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos serão devolvidos à Administração Pública Municipal por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

5.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, assim consideradas aquelas definidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº. 13.019/2014, que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais, compatibilidade com o objeto deste edital e possua sede no município de Irineópolis (SC).

5.1.1. OSCs que possuam como exclusivamente como objeto o benefício dos seus associados não se qualificam para este edital e, caso queiram participar deste certame deverão alterar seus estatutos para aumentar a abrangência de seu objeto.

5.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) estar devidamente constituída ou, se estrangeira, estar autorizada a funcionar no território nacional;
- b) estar devidamente credenciada junto ao órgão gestor da respectiva política de atuação até a data de abertura do presente edital e formalização do Termo de Colaboração;
- c) Declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- d) Não será permitida a atuação em rede.

5.3. As OSCs interessadas em participar do presente Chamamento Público deverão apresentar em envelope lacrado, o projeto contendo o Plano de Trabalho constante do



anexo II, no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme cronograma constante da tabela 1.

5.3.1. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

- Nome da OSC;
- CNPJ;
- Edital de Chamamento Público nº 1/2021;
- Plano de Trabalho.

6. SOBRE O PLANO DE TRABALHO.

6.1 O Plano de Trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil deverá prever todas as ações e discriminar todos os itens necessários para o cumprimento do objeto, sendo que as liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

6.2 As atividades ou ações previstas no Plano de Trabalho para a realização do objeto deverão ser previstas para realização na região de abrangência da Estratégia de Saúde da Família na qual a Associação tiver sede e com finalidades sociais e sem fins lucrativos do município de Irineópolis e estar em consonância com as finalidades e objetivos deste edital, conforme item 2.2; devendo, também, estar de acordo com as finalidades da Organização da Sociedade Civil responsável pelo Plano de Trabalho apresentado, conforme descrito no Estatuto Social da mesma.

6.3 No caso de obras, o plano de trabalho deverá conter, no mínimo, orçamento total e cronograma de execução física.

6.4. O Projeto contendo a Proposta/ Plano de Trabalho será entregue em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

7. DAS DESPESAS VEDADAS E ADMITIDAS.



7.1. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo VEDADO:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- III - realizar despesa ou pagamento em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

§ 1º É vedado à organização da sociedade civil remunerar com recursos da parceria cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau de agente político que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

§ 2º A presente parceria não possibilita o pagamento de tarifas bancárias e a aquisição de bens móveis e/ou imóveis pela Organização celebrante do termo.

7.2. Em acordo com o Art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, inciso I, É ADMITIDO serem pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

Parágrafo único: O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público

8. SOBRE A VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CELEBRANTE.



8.1. O termo de fomento firmado entre o Município de Irineópolis e a Organização da Sociedade Civil celebrante terá vigência de **6 (Seis)** meses após a assinatura do termo, devendo a OSC selecionada realizar o objeto proposto dentro deste prazo.

§ 1º A prestação de contas da realização do objeto e aplicação de recursos não está inclusa dentro do prazo previsto no caput.

8.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo com solicitação por parte da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único: É de responsabilidade da Administração Pública de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração a decisão pela prorrogação do termo de colaboração firmado com a Organização da Sociedade Civil celebrante.

8.3. A não realização do objeto previsto dentro do prazo estipulado no item 8.1 implicará na dissolução da parceria, entendida como quebra de contrato por parte da Organização da Sociedade Civil celebrante, devendo ser tomada pela Administração Pública todas as medidas cabíveis; devendo a OSC celebrante devolver à Administração Pública todo o recurso recebido no prazo de 10 (dez) dias contados após a notificação emitida pelo Município à OSC responsável.

9. SOBRE AS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CELEBRANTE, PERANTE O OBJETO DESTES EDITAIS.

9.1. Oferecer acessibilidade em todas as ações previstas, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal nº 7.853/1989.

9.2. Executar, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude esta parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho, observando sempre os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos.

9.3. Cumprir com as metas/objetivos apresentados em seu Plano de Trabalho,



aprovado para a parceria.

9.4. Estar regular, durante a vigência deste Termo de Colaboração, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS.

9.5. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o Município, contendo, no mínimo, as informações requeridas no § único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

9.6. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo contendo, ao menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

9.7. Não praticar desvio de finalidade da aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria.

9.8. Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do Termo de Fomento e em conta bancária sem tarifas exclusiva para movimentação dos recursos desta parceria, a ser apresentada pela Organização da Sociedade Civil através de declaração de abertura de conta corrente no ato da assinatura do termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro termo ou da própria Organização da Sociedade Civil.

9.9. Comunicar o Município sobre substituições dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como qualquer alteração no Estatuto e endereço de funcionamento.

9.10. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, conforme planejamento da planilha orçamentária do Plano de Trabalho apresentado, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Edital.

9.11. Coordenar as ações do projeto a fim da realização dos objetivos previstos.

9.12. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuado depósitos na conta bancária exclusiva para a parceria.

9.13. Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da



Administração Pública e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente edital, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgarem necessário.

9.14. Divulgar a parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar o projeto e suas ações.

9.15. Realizar a prestação de contas dos recursos recebidos.

9.16. No caso de obras, manter a documentação exigida para o pleito sempre atualizada e exposta para possíveis fiscalizações.

9.17. Cumprir e zelar pelo cumprimento do estabelecido na legislação vigente.

9.18. Comprovar experiência mínima de 1 ano de serviço como operador de equipamento a ser cedido, através de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador, para o colaborador que irá operacionalizar a retroescavadeira.

10. SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS FRENTE AO TERMO DE FOMENTO DO OBJETO DESTES EDITAL.

10.1. Transferir os recursos financeiros para a execução desta parceria, de acordo com o cronograma de repasses apresentado/aprovado no Plano de Trabalho.

10.2. Acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução das parcerias, inclusive por meio de visitas in loco, através do Gestor de Parcerias e da Comissão de Avaliação e Monitoramento das parcerias com as OSC de Irineópolis.

10.3. Analisar os relatórios de execução do objeto, a aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho e as prestações de contas, emitindo parecer conclusivo sobre a prestação de contas à Organização da Sociedade Civil a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

10.4. Dar conhecimento à Organização da Sociedade Civil das normas administrativas que regulam a execução do termo de colaboração com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.

10.5. Aplicar as penalidades e proceder às sanções administrativas necessárias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de constatação de irregularidades na



execução da parceria e na aplicação dos recursos.

10.6. Publicar o extrato do termo de colaboração no DOM e disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, consulta ao extrato do Termo contendo os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

11.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSC), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015), a saber:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 ; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

11.2. Para participar deste Edital, a Organização da Sociedade Civil deverá cumprir os seguintes requisitos:

a) Experiência efetiva em atividades na área do objeto, comprovado mediante



instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil e portfólios de eventos / atividades; ou declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas pública ou por pessoa de direito público ou privado (Anexo I – Declaração de experiência na área do objeto) e portfólios de eventos / atividades);

b) Experiência em gestão de recursos, comprovado através de atestado ou declaração expedido por pessoa de direito público ou privado, ou cópia autenticada de convênios ou contratos (Anexo II – Declaração de experiência em gestão de recursos);

c) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência e atuação no Município de Irineópolis, com cadastro ativo comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme Anexo III – Declaração de tempo de existência da OSC;

e) Possuir condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo IV – Declaração de Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

f) Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);



- h) Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme modelo Anexo V – Relação dos dirigentes da entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- i) Ter sede de funcionamento no município de Irineópolis/SC;
- j) Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);
- k) Declarar, conforme modelo constante no Anexo VI – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
- l) Possuir alvará de funcionamento;
- m) Estar credenciada junto a Secretaria de Administração e Finanças de Irineópolis(SC) e possuir a Certidão de Credenciamento, conforme Decreto Municipal 336/2018 de 06 de fevereiro de 2020.

11.3. Ficar impedida de celebrar o termo de fomento a Organização da Sociedade Civil que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) Tenha em seu quadro de dirigentes membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);



- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

12. COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO.

12.1. São atribuições da Comissão de Seleção e Julgamento: processar e julgar os chamamentos públicos realizados pelo regime da Lei Federal 13.019/2014, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento e emitir parecer técnico pronunciando-se, conforme Art. 35, inciso V da Lei nº 13.019/2014, de forma expressa a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;



- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- g) da designação do gestor da parceria;
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

12.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

12.4. A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital ou Portaria (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

12.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado

12.6. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

12.7. A Comissão de Seleção e Julgamento lavrará suas decisões por meio de parecer emitido na avaliação da proposta.

12.8. O julgamento deverá avaliar:

- I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;



II - o Plano de Trabalho; e

III - emissão de parecer do órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da viabilidade de sua execução;
- c) da verificação do cronograma de desembolso.

§ 1º Obrigatoriamente deverá constar o parecer da Procuradoria Geral do Município acerca da documentação, com observância das normas da legislação específica.

12.9. Caso o parecer técnico emitido pela Comissão ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela OSC sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

12.10 Após os trâmites, o procedimento será submetido à homologação da autoridade municipal competente, que deverá dar ampla publicidade do ato no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Eletrônico do Município.

12.11. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

13. DA FASE DE SELEÇÃO.

13.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1		
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1ª	Publicação do Edital de Chamamento Público.	05 de julho de 2021.
2ª	Envio das propostas pelas Organizações da Sociedade Civil.	05 de julho de 2021, a partir das 13:00h, até às 17:00h do dia 06 de agosto de 2021.



3ª	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	09 a 13 de agosto de 2021.
4ª	Análise documental	13 a 17 de setembro de 2021.
5ª	Divulgação do resultado preliminar	16 e 20 de agosto de 2021.
6ª	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	23 e 24 de agosto de 2021, até às 17h.
7ª	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	25 a 27 de agosto de 2021.
8ª	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	30 de agosto de 2021.

13.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da OSC selecionada (mais bem classificada/s), seguindo os termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.3. ETAPA 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

13.3.1. O presente Edital será divulgado no DOM e no site oficial do município de Irineópolis (<https://www.irineopolis.sc.gov.br/>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

13.3.2. Prazo para impugnação deste Edital:

a) Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data limite para envio das propostas e por meio de justificativa, de forma eletrônica pelo e-mail planejamento@irineopolis.sc.gov.br com o assunto descrito como “IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2021”



ou por petição dirigida e protocolada ao Gestor de Parcerias de Irineópolis, na Prefeitura Municipal de Irineópolis, endereço R. Paraná, 200, Centro CEP 89640-000, Irineópolis/SC. A petição poderá ser realizada através dos correios via A.R. A resposta às impugnações caberá ao Gestor de Parcerias e à Comissão de Seleção, nominados pela Portaria nº 229/2021.

b) Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica pelo e-mail planejamento@irineopolis.sc.gov.br, com o assunto descrito como “ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021”. Os esclarecimentos serão prestados pelo Gestor de Parcerias de Irineópolis, nominada pela Portaria nº 229/2021.

§ 1º As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

§ 2º Eventuais modificações no Edital decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

13.4. ETAPA 2: ENVIO DAS PROPOSTAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

13.4.1. As propostas deverão ser protocoladas no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), a partir das 13:00h do dia 02 de agosto de 2021 até às 17:00h do dia 3 de setembro de 2021.

13.4.2. Todas as declarações deverão ser rubricadas e assinadas pelo representante legal da OSC proponente.

13.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas o processo será encerrado para novas propostas, não sendo mais possível o envio de outras. Do mesmo modo, não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela Administração Pública Municipal.

13.4.4. Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma



proposta.

13.5. ETAPA 3: ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

13.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas/planos de trabalhos apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes, com total independência técnica para exercer seu julgamento.

13.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas/planos de trabalhos e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

13.5.3. As propostas/planos de trabalhos serão avaliados a partir dos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 a seguir, observado o contido no Plano de Trabalho das propostas, com avaliação em conjunto pelos membros da comissão.

TABELA 2			
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA POR ITEM
(A) Informações sobre identificação do objeto; descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto; público-alvo.	Grau pleno de atendimento (3,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - Grau mediano de atendimento (1,0 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos).	3,0 pontos	



	OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.		
(B) Informações sobre ações a serem executadas;	<p>Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau satisfatório de atendimento (1,5 pontos)- Grau mediano de atendimento (1,0 ponto)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	2,0 pontos	
(C) Informações sobre metodologia de execução; metas e etapas a serem atingidas e seus cronogramas.	<p>Grau satisfatório de atendimento (1,5 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau mediano de atendimento (1,0 ponto)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,5 pontos	
(D) Informações sobre	- Grau satisfatório de atendimento (1,5 ponto) -	1,5 pontos	



indicadores que aferirão o cumprimento das metas; prazos para a execução das ações.	<ul style="list-style-type: none">- Grau mediano de atendimento (1,0 ponto)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>		
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada de gestão de recursos e de experiência comprovada na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	<p>Grau pleno de adequação (2,0 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau satisfatório de adequação (1,0 ponto)- Grau mediano de atendimento (0,5 ponto)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta.</p>	2,0 pontos	
PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL		10,0 pontos	

13.5.4. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento do item (E) da Tabela 2, acarretará na eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.



13.5.5. Serão eliminadas as propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;
- b) que recebam nota “zero” em qualquer critério de julgamento; ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas e as metas a serem atingidas; os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- c) que estejam em desacordo com o Edital; ou
- d) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 4.2 deste Edital.

13.6. As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2.

13.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (C), (D) e (E). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

13.8 ETAPA 4: ANÁLISE DOCUMENTAL

13.8.1. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para sua celebração (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo conferido apenas da OSC selecionada (mais bem classificada), seguindo os termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.8.2. A verificação do cumprimento dos requisitos/documentações para a celebração da parceria será realizada pela Comissão de Seleção frente ao atendimento à Organização da Sociedade Civil selecionada para celebração da parceria, a fim de comprovação de que a referida não incorre nos impedimentos (vedações) legais, que serão verificados por meio da apresentação dos documentos listados nas alíneas dos itens 10.2, 10.4 e 16.10 deste edital.



13.8.3. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões citadas na alínea “g” do item 10.2, a saber: VI - certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND) Federal, da Secretaria da Receita Federal - SRF; VII - certidão Negativa de Débitos Estadual; VIII - certidão Negativa de Débitos Municipal; X - certidão ou certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); XI - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

13.8.4. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa deverão ser apresentados na Secretaria de Administração de Irineópolis (SC) e, no caso da falta de documentação atestada pela Comissão de Seleção, será solicitada ao proponente a apresentação dos documentos faltantes, que terá o prazo de 10 dias corridos a contar a partir da notificação, para atender à solicitação.

13.8.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil selecionada não atender aos requisitos previstos nesta 1ª Etapa da Fase de Celebração, incluindo os exigidos nos artigos 33 e 34 da referida Lei e o atendimento ao item 12.8.4 deste edital, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

Parágrafo único: Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a segunda Organização da Sociedade Civil melhor classificada na fase de julgamento convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos na forma desta Etapa. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

13.9. ETAPA 5: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR COM PARECER TÉCNICO

13.9.1. A Administração Pública Municipal divulgará o resultado preliminar com notas e parecer de cada proposta/plano de trabalho participante do processo de seleção e suas documentações, na sua página oficial na internet <https://www.irineopolis.sc.gov.br>, iniciando-se o prazo para recurso imediatamente após sua publicação.



12.10. ETAPA 6: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

13.10.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

13.10.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e encaminhados via protocolo ou através dos correios via A.R. para o Gestor de Parcerias do Município, na Prefeitura Municipal de Irineópolis, endereço R. Paraná, 200, Centro, CEP 89640-000, Irineópolis/SC.

13.10.3. Interposto recurso encaminhado ao Gestor de Parcerias, o Gestor de Parcerias dará ciência dele à Comissão de Seleção e aos demais interessados por via eletrônica para que, no prazo de 1 (um) dia corrido, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem as contrarrazões.

13.11. ETAPA 7: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

13.11.1. Havendo recursos eles serão analisados pela Comissão de Seleção, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 1 (um) dia corrido contado do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Gestor de Parcerias com as informações necessárias para a decisão final.

13.11.2. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

13.11.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



13.12. ETAPA 8: HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO.

13.12.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão público municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial conforme citado no item 12.9.1, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

13.12.2. A divulgação do resultado não gera direito para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria.

13.12.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

14. DA FASE DE CELEBRAÇÃO.

14.1. A fase de celebração observará as etapas constantes na Tabela 3 até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3	
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1ª	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2ª	Parecer técnico definitivo (no caso de solicitação de complementação), parecer jurídico e assinatura do termo de fomento
3ª	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.



--	--

14.2. 1ª ETAPA: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO

14.2.1. A Administração Pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, caso seja constatada necessidade de adequação no Plano de Trabalho aprovado. Neste caso, a Organização da Sociedade Civil deverá fazê-lo em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

14.2.2. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Organização da Sociedade Civil será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da solicitação apresentada, sob pena de não celebração da parceria.

14.3.3. 2ª ETAPA: PARECER TÉCNICO DEFINITIVO E ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO.

14.3.1. A celebração e a formalização do termo de fomento dependerá da emissão de parecer técnico e jurídico por parte da Administração Pública Municipal, conforme art. 35, caput, incisos V e VI e alíneas, da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme segue:

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) da designação do gestor da parceria;



g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

14.3.2. No período de assinatura do instrumento de parceria, a Organização da Sociedade Civil fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

Parágrafo único: A Organização da Sociedade Civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

14.4. 3ª ETAPA: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

14.4.1. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública Municipal, conforme art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014.

15. DA CONTRAPARTIDA.

15.1. Não será exigida contrapartida financeira da Organização da Sociedade Civil selecionada, apenas a divulgação da parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar as ações do objeto do termo de fomento.

16. DAS SANÇÕES.

16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera da



administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

- c) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.
- d) As sanções estabelecidas nos subitens “a” e “b” são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- e) Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- f) A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.
- g) A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- h) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- i) As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n.8.429, de 02 de junho de 1992.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS.

17.1. O presente Edital de Chamamento Público será divulgado no DOM, na página do sítio eletrônico oficial do Município de Irineópolis (<https://www.irineopolis.sc.gov.br/>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação deste.

17.2. É recomendável a leitura integral da Lei Federal n 13.019/2014, não podendo a Organização da Sociedade Civil celebrante ou seu dirigente alegar, futuramente, que



não conhece a legislação mínima, seja para deixar de cumpri-la ou para evitar as sanções cabíveis.

17.3. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

17.4. A Administração Pública Municipal resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública Municipal.

17.5. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por interesse público, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções, administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

17.7. A Administração Pública Municipal não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público, e todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública Municipal.

17.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de experiência na área do Objeto

Anexo II – Declaração de experiência em gestão de recursos;

Anexo III – Declaração de tempo de existência da Organização da Sociedade Civil;

Anexo IV – Declaração de Condições Materiais;



Anexo V – Relação dos dirigentes da entidade;

Anexo VI – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo VII - Declaração

Anexo VIII - Declaração da não ocorrência de impedimentos;

Anexo IX – Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não emprega menores de 18 anos;

Anexo X – Declaração de escrituração contábil;

Anexo XI – Declaração de não pendência na prestação de contas;

Anexo XII – Minuta do Termo de Fomento.

Irineópolis/SC, 01 de julho de 2022.

LADEMIR FERNANDO
ARCARI:51396890904

Assinado de forma digital por
LADEMIR FERNANDO
ARCARI:51396890904
Dados: 2021.07.01 09:37:29
-03'00'

Ladermir Fernando Arcari

Prefeito Municipal



ANEXO I

EDITAL Nº /2021

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA DO OBJETO CONTEMPLADO PELO EDITAL Nº 1/2021

EU, [nome do presidente da OSC], presidente/representante da [nome da entidade], declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei que a Entidade possui experiência em atividades relacionadas à área do objeto contemplado neste edital, conforme solicitado na alínea “a” do item 10.2 deste edital. Esta declaração segue acompanhada de [declaração de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas pública].

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DE RECURSOS

EDITAL Nº 1/2021

EU, [nome do presidente da OSC], presidente/representante da [identificação da organização da sociedade civil – OSC] declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei que a Entidade possui experiência em gestão de recursos, conforme solicitado na alínea “a” do item 11.2 deste edital.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXISTÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Atesto, para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] com sede [colocar endereço completo, cidade/UF, inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXX], está em pleno e regular funcionamento há XXX anos, conforme cartão de CNPJ que segue em anexo a esta declaração.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019 de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação.

Irineópolis/SC, , ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO V

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Eu, [nome do presidente/representante da OSC] portador do CPF Nº XXXX presidente da [colocar nome da OSC], certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº /2021 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Irineópolis/SC, , ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], que:

I - não há, no quadro de dirigentes:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal; e
- b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a” deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante;
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil

– OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

☐ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

☐ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

☐ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente

de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

☐ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos,

observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

☐ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

☐ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos



últimos 8 (oito) anos; e

☐ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,

DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição

Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Irineópolis/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador



ANEXO X

DECLARAÇÃO

O CONSELHO.... declara para os devidos fins e efeitos, que a Associação..., os serviços de, que tem conhecimento que esta atua desde..., e que os serviços prestados

Irineópolis (SC), _____ de _____ de 2021.

CONSELHO MUNICIPAL

CNPJ

Presidente ou representante legal



ANEXO XI

DECLARAÇÃO

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC] declara para os devidos fins e efeitos, que mantém escrituração contábil de suas atividades, conforme legislação vigente.

Pessoa Jurídica ou Pessoa Física responsável pela escrituração contábil:

-

Irineópolis/SC, de de

[identificação da organização da sociedade civil – OSC]

CNPJ

Presidente ou representante legal



ANEXO XII

DECLARAÇÃO

A Associação.... declara para os devidos fins e efeitos, que tanto ela, quanto seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014.

Irineópolis/SC, de de

Associação

CNPJ

Presidente ou representante legal



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC].... declara para os devidos fins e efeitos, que não possui pendências relativas a prestação de contas com qualquer entidade governamental em todas as esferas.

Irineópolis/SC, de de

[identificação da organização da sociedade civil – OSC]

CNPJ

Presidente ou representante legal



ANEXO XIV

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

Pelo presente Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Irineópolis, sito à Rua Paraná, 200, Centro, CNPJ n.º 83.102.558/0001/05, representada por seu Prefeito Municipal Prefeito Sr. Lademir Fernando Arcari, portador do CPF 513.968.909-04 e do RG 1.512.461/SC, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Orgânica Municipal doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a [identificação da OSC celebrante do termo], pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº, com sede a, representado pelo seu Presidente, residente e domiciliado em, doravante denominada simplesmente de [ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO], mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº /2021 tem por objetivo firmar parceria entre o Município e a [Organização/Associação], destinada à transferência, por cessão de uso, de equipamento (retroescavadeira) e recursos financeiros para a manutenção da mesma, aquisição de combustível e pagamento do operador, para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que realizem trabalhos de conservação do solo, conservação de vias, entre outros, localizadas no município de Irineópolis e pertencentes ao perímetro do ESFs [São Pascoal, Serrinha e Rio Branco].

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão de Julgamento e Seleção, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Caberá à Associação:

I. Oferecer acessibilidade em todas as ações previstas, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal nº 7.853/1989;

II. Executar, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude esta parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho, observando sempre os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;

III. Cumprir com as metas/objetivos apresentados em seu Plano de Trabalho, aprovado para a parceria;

IV. Estar regular, durante a vigência deste Termo de Fomento, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS;

V. Manter seus alvarás de funcionamento com prazo de validade vigente;

VI. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o Município, conforme Decreto Municipal nº 8.089/2018, art. 63º, caput e § único, contendo, no mínimo, as informações requeridas no § único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

VII. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo contendo, ao menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

VIII. Não praticar desvio de finalidade da aplicação dos recursos; aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

IX. Não atrasar injustificadamente o cumprimento das etapas das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

XI. Não praticar atos atentatórios aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria.

XII. Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do Termo de Fomento e em conta bancária isenta de tarifas exclusiva para movimentação dos recursos desta parceria, a ser apresentada pela



Organização da Sociedade Civil através de declaração de abertura de conta corrente após a assinatura do termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro termo ou da própria Organização da Sociedade Civil.

XIII. Comunicar o Município sobre substituições dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como qualquer alteração no Estatuto e endereço de funcionamento.

XIV. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, conforme planejamento da planilha orçamentária do Plano de Trabalho apresentado, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Edital.

XV. Coordenar as ações do plano de trabalho a fim da realização dos objetivos previstos.

XVI. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuado depósitos na conta bancária exclusiva para a parceria.

XVII. Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da Administração Pública e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente edital, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgarem necessário.

XVIII. Divulgar a parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar o objeto da parceria.

XIX. Realizar a prestação de contas dos recursos recebidos segundo as prescrições do Decreto Municipal nº 8.089/2018, art. 69 e 70.

XX. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle.

XXI. Submeter previamente à Gestora de Parcerias qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações à execução das despesas.

XXII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios



relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da LF nº 13.019/2014.

XXIII. Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do termo de fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

XXIV. Cumprir e zelar pelo cumprimento do estabelecido na legislação vigente.

2. Caberá ao Município:

I. Transferir os recursos financeiros para a execução desta parceria de acordo com o cronograma de repasses apresentado/aprovado nos Planos de Trabalho.

II. Acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução desta parceria, inclusive por meio de visitas in loco, através do Gestor de Parcerias e da Comissão de Avaliação e Monitoramento de Irineópolis (SC).

III. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da LF nº 13.019/2014.

IV. Prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da LF nº 13.019/2014.

V. Analisar os relatórios de execução do objeto, a aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho e as prestações de contas, emitindo parecer conclusivo sobre a prestação de contas à [Organização da Sociedade Civil] a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII. Dar conhecimento à [Organização da Sociedade Civil] das normas administrativas que regulam a execução do termo de fomento com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.



VIII. Aplicar as penalidades e proceder às sanções administrativas necessárias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de constatação de irregularidades na execução da parceria e na aplicação dos recursos.

IX. Publicar o extrato do termo de fomento no DOM e disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, consulta ao extrato do Termo contendo os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

XI. Divulgar as parcerias com as [OSCs] atentando para a publicitação dos atos.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DA PARCERIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE REPASSE

As despesas decorrentes da execução do Termo de Fomento no valor de R\$ XX.000,00

(xxxxxxxx mil reais) correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Agricultura correspondente ao exercício financeiro de 2021 vigentes na data de Celebração do Termo de Colaboração, nos termos do art. 35, II da Lei 13.079/14:

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

**Unidade: 07 SECRETARIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE**

Proj./At. 2.014

**Dot. 109 3.3.50.00.00.00.00.00 0100 Transferências a
Instituições Privadas sem fins lucrativos.**

§ 1º Os valores serão transferidos pelo Município para conta específica da parceria, conforme os dados informados pela OSC parceira, anexado a este termo.

§ 2º O cronograma de repasse seguirá as datas e valores conforme apresentado no Plano de Trabalho do proponente e aprovado pela Comissão, descritas abaixo:

.....

§ 3º Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos serão devolvidos à Administração Pública Municipal por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.



§' 4º O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitando o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRAPARTIDA

14.1 Não será exigida contrapartida financeira da [Organização da Sociedade Civil] selecionada, apenas a divulgação da parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar as ações do objeto do termo de fomento.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS VEDADAS

As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo VEDADO:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

III - realizar despesa ou pagamento em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

§' 1º É vedado à organização da sociedade civil remunerar com recursos da parceria

cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau de agente político que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

§' 2º A presente parceria não possibilita o pagamento de tarifas bancárias e a aquisição de bens móveis e/ou imóveis pela Organização celebrante do termo.

§' 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Associação com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES



A [Organização/ Associação] adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.

§' 1º A [Organização/ Associação] deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

§' 2º Para fins de comprovação das despesas, a [Organização/ Associação] deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor prestador de serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

O termo de fomento firmado entre o Município de Irineópolis e a [Organização/ Associação] celebrante terá vigência de 01 (um) ano após a assinatura do termo, devendo a [Organização/ Associação] selecionada realizar o objeto proposto dentro deste prazo.

§' 1º a prestação de contas da realização do objeto e aplicação de recursos não está inclusa dentro do prazo previsto no caput.

§' 2º A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo com solicitação por parte da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Gestor de Parcerias em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

§' 3º É de responsabilidade da Administração Pública de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, a decisão pela prorrogação do termo de fomento firmado com a [Organização/ Associação] celebrante.

§' 4º A não realização do objeto previsto dentro do prazo estipulado no caput da cláusula sétima implicará na dissolução da parceria, entendida como quebra de contrato por parte da [Organização/ Associação] celebrante, devendo ser tomada pela Administração Pública todas as medidas cabíveis; devendo a [Organização/ Associação] celebrante devolver à Administração Pública todo o recurso recebido no prazo de 10 (dez) dias contados após a notificação emitida pelo Município à [Organização/ Associação] responsável.



CLÁUSULA NONA: DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

§' 1º É designada como Gestor da Parceria O SERVIDOR, assim nominada pela Portaria nº 229/2021, que terá como Comissão de Monitoramento e Avaliação a equipe nominada pela Portaria 229/2021.

§' 2º A equipe gestora desta parceria deverá acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução desta parceria, inclusive por meio de visitas in loco, seguindo o os parâmetros de aferição das metas aprovados no Plano de Trabalho da [Organização/ Associação] e os dispostos no Art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§' 3º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, e enviado à [Organização/ Associação] para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

§' 4º As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O dever de prestar contas surge no momento da liberação do recurso envolvido na parceria. §' 1º A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§' 2 A utilização dos recursos não poderá ultrapassar os respectivos prazos, devendo ser devolvido o saldo restante, salvo se a Administração Pública, em caráter excepcional e motivadamente, acolher as justificativas das organizações da sociedade civil.

§' 3 O disposto no caput não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, diante evidências de irregularidades na execução do objeto.



§' 4º A [Organização/ Associação] prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial e com base no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a regra de que não será repassado a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

§' 5º As prestações de contas apresentadas pela [Organização/ Associação] deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§' 6º Para fins de prestação de contas a [Organização/ Associação] deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- e) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- f) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- g) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- h) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.



II - Relatório de Execução Financeira:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da [Organização/ Associação] e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

§' 7º A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

§' 8º A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;

II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;



IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§' 9º Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

§' 10º A [Organização/ Associação] deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para encaminhar o relatório final de execução do objeto e de execução financeira.

§' 11º O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§' 12º A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

§' 13º A [Organização/ Associação] será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias,



prorrogável, no máximo, por igual período.

§' 14º Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a [Organização/ Associação] as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a [Organização/ Associação] para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

§' 15º O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

§' 16º No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

§' 17º O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

§' 18º O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte



no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

§' 1º O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

§' 2º O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste Termo de Fomento implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação através de prestação de contas.

§' 1º A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§' 2º Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;



II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a [Organização/ Associação] ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§' 1º A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a [Organização/ Associação] não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a [Organização/ Associação] não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Irineópolis(SC), ____ de _____ de 2021

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC)

ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF _____

Assinatura: _____